

PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Competência de Setembro de 2025

SUMÁRIO

1.	<u>INTRODUÇÃO</u>	2
2.	<u>ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO</u>	2
3.	<u>EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	3
4.	<u>ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS</u>	4
4.1.	<u>CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA</u>	4
4.2.	<u>RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS</u>	4
4.3.	<u>DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES</u>	4
4.4.	<u>RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE</u>	5
4.5.	<u>EVOLUÇÃO PATRIMONIAL</u>	5
4.6.	<u>RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES</u>	5
5.	<u>ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS</u>	5
6.	<u>PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO</u>	5
7.	<u>PLANO DE CONTINGÊNCIA</u>	5
8.	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	6



1. INTRODUÇÃO

Na busca por uma gestão previdenciária de qualidade e principalmente no que diz respeito às Aplicações dos Recursos, dispomos do parecer de deliberação e análise, promovido por este Comitê de Investimentos.

Foi utilizado para a emissão desse parecer o relatório de análise completo da carteira de investimentos, fornecido pela empresa contratada de Consultoria de Investimentos, via sistema próprio de gerenciamento e controle, onde completa: carteira de investimentos consolidada; enquadramento perante os critérios da Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas alterações; retorno sobre os investimentos; distribuição dos ativos por instituições financeiras; distribuição dos ativos por subsegmento; retorno da carteira de investimentos versus a meta de rentabilidade; evolução patrimonial e retorno dos investimentos após as movimentações.

2. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO

NO BRASIL

A economia brasileira apresentou sinais de retração da atividade no início do terceiro trimestre. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, caiu 0,5% em julho, terceiro recuo consecutivo, após variações negativas em junho (-0,2%) e maio (-0,1%). O resultado evidencia perda de fôlego da economia, com desaceleração disseminada entre agropecuária (-0,8%), indústria (-1,1%) e serviços (-0,2%). O indicador acumula alta de 2,9% no ano e de 3,5% em 12 meses.

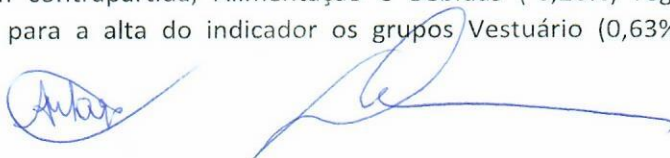
Outros indicadores reforçam esse quadro de enfraquecimento da atividade, como o PMI Composto, que recuou para 46,0 pontos em setembro, ante 48,8 no mês anterior, permanecendo em zona de contração. O setor de serviços caiu de 49,3 para 46,3 pontos, enquanto a indústria passou de 47,7 para 46,5 pontos, o menor nível desde 2023. A queda reflete a desaceleração da demanda doméstica e externa, a redução das encomendas e o alto custo do crédito, fatores que têm limitado o crescimento. Apesar disso, houve alívio nos custos de insumos, o que permitiu ajustes pontuais nos preços e sustentou certa melhora nas expectativas empresariais para os próximos meses.

No que se refere ao quadro fiscal, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 17,3 bilhões em agosto, inferior às projeções de mercado (déficit de R\$ 21,0 bilhões). O resultado reflete déficit de R\$ 15,9 bilhões no governo central, R\$ 1,3 bilhão nos estados e municípios e R\$ 6 bilhões nas estatais federais. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) manteve-se em 77,5% do PIB, enquanto a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) subiu levemente para 64,2% do PIB, influenciada, entre outros fatores, pelos juros nominais apropriados.

Em contrapartida, o mercado de trabalho manteve desempenho favorável. A taxa de desocupação ficou em 5,6% no trimestre encerrado em agosto, repetindo a mínima histórica da série iniciada em 2012. O número de desocupados caiu para 6,1 milhões, enquanto a população ocupada atingiu 102,4 milhões de pessoas, novo recorde. O aumento do emprego formal foi destaque, totalizando 39,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada, alta de 3,3% frente ao mesmo trimestre do ano anterior. A informalidade subiu marginalmente para 38%, enquanto o rendimento médio real chegou a R\$ 3.488, mantendo-se estável em relação ao trimestre anterior.

A confiança do consumidor também mostrou melhora em setembro, com o índice do FGV IBRE subindo 1,3 ponto, para 87,5, o maior nível desde dezembro de 2024. O avanço foi sustentado pelo Índice de Expectativas, impulsionado pelas perspectivas menos pessimistas quanto à situação econômica futura e à situação financeira das famílias, sinalizando retomada gradual do otimismo.

No campo inflacionário, o IPCA avançou 0,48% em setembro, após recuo de 0,11% em agosto, acumulando alta de 5,17% em 12 meses. O resultado veio ligeiramente acima das projeções de mercado e foi influenciado pelo grupo Habitação (2,97%), em razão da alta de 10,31% na energia elétrica residencial, que exerceu o maior impacto individual no índice (0,41 p.p.). Em contrapartida, Alimentação e Bebidas (-0,26%) registrou a quarta queda consecutiva. Também contribuíram para a alta do indicador os grupos Vestuário (0,63%) e Despesas Pessoais



(0,51%). Já Transportes apresentou estabilidade (0,01%), com altas nos combustíveis sendo compensadas pelas quedas nas passagens aéreas e no seguro de veículos.

Diante desse contexto, o Copom decidiu manter a Selic em 15,00% ao ano, reforçando o tom cauteloso e vigilante da política monetária. A ata da reunião destacou o ambiente externo incerto, a moderação da atividade doméstica e a persistência de núcleos de inflação acima da meta, ressaltando que a taxa básica deverá permanecer em nível contracionista enquanto for necessário.

Apesar do ambiente de incerteza, o fluxo de capitais permanece robusto. O Investimento Direto no País (IDP) somou US\$ 7,9 bilhões em agosto e US\$ 69,0 bilhões em 12 meses (3,2% do PIB), próximo da projeção do Banco Central para o ano. O resultado evidencia a resiliência do investimento estrangeiro, sustentada por fatores como o diferencial elevado de juros e o contexto de incertezas globais.

NO MUNDO

A economia norte-americana apresentou ritmo de expansão no segundo trimestre de 2025, com o PIB crescendo 3,8% em termos anualizados, acima das projeções. O resultado foi sustentado pelo consumo das famílias e pela redução das importações, mas os indicadores de atividade apontam moderação no terceiro trimestre. O PMI de serviços recuou para 54,2 pontos e o industrial para 52,0, ambos ainda em território de expansão, indicando perda de tração, mas manutenção do crescimento.

Nesse contexto, o mês de setembro foi marcado pelo segundo corte da taxa básica de juros nos Estados Unidos, de 0,25 p.p., para o intervalo de 4,00% a 4,25% ao ano, dando sequência ao ciclo de flexibilização iniciado em julho. A decisão, que não foi unânime, sinalizou o início de um ciclo gradual de cortes, em meio à moderação do mercado de trabalho e à inflação ainda acima da meta de 2%. Em coletiva, o presidente do Fed, Jerome Powell, destacou a mudança no balanço de riscos, com maior preocupação em relação ao desemprego, justificando o ajuste.

O comportamento do mercado de trabalho reforçou esse diagnóstico. O relatório JOLTS mostrou que o número de desempregados já supera o de vagas disponíveis, evidenciando arrefecimento gradual das condições do mercado. Em agosto, o número de vagas abertas ficou em 7,2 milhões, levemente acima da leitura anterior, enquanto o relatório payroll apontou criação líquida de apenas 22 mil vagas fora do setor agrícola, bem abaixo das expectativas, confirmando a desaceleração do mercado de trabalho.

Entre os indicadores de atividade, o PMI de serviços recuou para 54,2 pontos em setembro, ante 54,5 em agosto, enquanto o PMI industrial caiu de 53,0 para 52,0 pontos, refletindo moderação no ritmo de expansão. A desaceleração foi influenciada pela queda de novos pedidos e pelo acúmulo de estoques, especialmente de bens acabados. Ainda assim, os índices permanecem acima da linha de 50 pontos, indicando expansão moderada da economia. O PMI Composto, de 53,9 pontos, abaixo dos 54,6 de agosto, confirma a perda de tração no terceiro trimestre, mas mantém o cenário de crescimento consistente.

Na zona do euro, os indicadores mostraram ritmo desigual de recuperação. A inflação acelerou levemente para 2,2%, ante 2,0% no mês anterior, enquanto a taxa de desemprego subiu de 6,2% para 6,3%. Os PMIs refletiram essa heterogeneidade: o setor de serviços avançou de 50,5 para 51,3 pontos, mantendo-se em expansão, enquanto o industrial recuou de 50,7 para 49,8 pontos, retornando à zona de contração. Diante desse cenário, o Banco Central Europeu manteve a taxa básica de juros em 2,0% ao ano, adotando postura cautelosa frente à fragilidade da recuperação e às incertezas do comércio internacional.

Na China, os indicadores de setembro apontaram leve recuperação da atividade, em meio à manutenção das políticas de estímulo. O PMI Composto avançou de 50,5 para 50,6 pontos, sugerindo estabilidade no ritmo de crescimento. O setor industrial subiu de 49,4 para 49,8 pontos, ainda em território contracionista, enquanto o setor de serviços recuou de 50,3 para 50,0 pontos, refletindo perda de fôlego na demanda interna. O Banco Popular da China manteve a taxa básica de juros em 3,0% a.a. pelo quinto mês consecutivo, aguardando os efeitos das medidas de estímulo já adotadas sobre a produção e o consumo.

No campo geopolítico, o mês de setembro foi marcado por avanços regionais e tensões globais. Destacou-se a assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), no Rio de Janeiro, que prevê a redução gradual de tarifas e ampliação do acesso a mercados, fortalecendo a integração



comercial do bloco sul-americano e sua posição em futuras negociações com a União Europeia. Em contrapartida, os Estados Unidos solicitaram ao G7 a imposição de tarifas sobre o petróleo russo vendido à China e à Índia, ampliando a pressão econômica sobre Moscou e elevando a tensão nas cadeias globais de energia. A medida integra a estratégia do governo Trump de aumentar o custo das exportações russas e conter a influência geopolítica de seus parceiros, reforçando o ambiente de fragmentação comercial e disputa entre as maiores economias do mundo.

3. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Acompanha este parecer, na forma do ANEXO II o balanço orçamentário de setembro/2025 que demonstra a evolução do Patrimônio do Previdjan, em conformidade com a legislação vigente.



4. ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

4.1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA

A carteira de investimentos do Previdjan está segregada entre os segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, conforme percentuais expostos em tabela abaixo, não ultrapassando os limites permitidos pela Resolução CMN nº4.963/2021.

CLASSE	PERCENTUAL	VALOR
Renda Fixa	91,32%	R\$ 74.268.538,66
Renda Variável	6,29%	R\$ 5.118.018,99
Estruturados	2,39%	R\$ 1.940.384,60
Total	100,00%	R\$ 81.326.942,25

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Segmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 4.963/2021	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável	Enquadrado	Enquadrado
Estruturados	Enquadrado	Enquadrado

ENQUADRAMENTO	PERCENTUAL	VALOR
7, III "a"	46,89%	R\$ 38.133.345,31
7, I "b"	43,33%	R\$ 35.242.736,01
8, I	6,29%	R\$ 5.118.018,99
10, I	2,39%	R\$ 1.940.384,60
7, IV	1,10%	R\$ 892.457,34
Total	100,00%	R\$ 81.326.942,25

Ao analisarmos o enquadramento da carteira de investimentos por segmento, segundo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Política de Investimentos aprovada para o exercício, informamos não haver desenquadramentos.

4.2. RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS

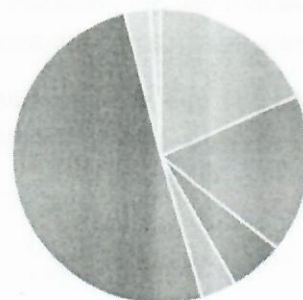
Os investimentos do PreviJan apresentaram no acumulado do mês um resultado de 1,54% representando um montante de R\$ 1.206.837,84.

PERÍODO	SALDO ANTERIOR	SALDO FINAL	META	RENT.(R\$)	RENT.(%)	GAP
2025			IPCA + 5,19% a.a.			
Janeiro	R\$ 72.328.847,43	R\$ 72.740.147,24	0,58%	R\$ 993.326,14	1,36%	0,78p.p.
Fevereiro	R\$ 72.740.147,24	R\$ 73.600.159,77	1,73%	R\$ 419.963,40	0,58%	-1,16p.p.
Março	R\$ 73.600.159,77	R\$ 72.568.653,64	0,98%	R\$ 822.829,16	1,12%	0,14p.p.
Abril	R\$ 72.568.653,64	R\$ 75.546.617,59	0,85%	R\$ 944.486,81	1,26%	0,41p.p.
Maio	R\$ 75.546.617,59	R\$ 75.975.992,25	0,68%	R\$ 965.993,47	1,28%	0,60p.p.
Junho	R\$ 75.975.992,25	R\$ 78.762.887,60	0,66%	R\$ 873.531,49	1,14%	0,48p.p.
Julho	R\$ 78.762.887,60	R\$ 77.166.439,89	0,68%	R\$ 623.885,86	0,80%	0,12p.p.
Agosto	R\$ 77.166.439,89	R\$ 78.052.829,67	0,31%	R\$ 1.205.175,63	1,55%	1,23p.p.
Setembro	R\$ 78.052.829,67	R\$ 81.353.464,67	0,90%	R\$ 1.206.837,84	1,54%	0,64p.p.
Total	R\$ 78.052.829,67	R\$ 81.353.464,67	7,65%	R\$ 8.056.029,80	11,15%	3,50p.p.

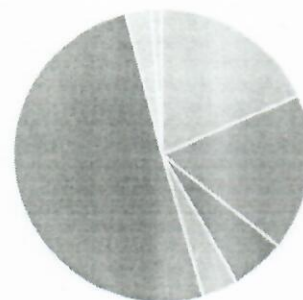
4.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES

Os fundos de investimentos que compõe a carteira de investimentos do PreviJan, tem como prestadores de serviços os seguintes:

GESTOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
CAIXA DISTRIBUIDORA	50,49%	R\$ 41.065.103,23	
BANCO BRADESCO	18,44%	R\$ 14.994.990,19	
BB GESTAO	17,30%	R\$ 14.068.905,11	
ITAU UNIBANCO	6,01%	R\$ 4.884.971,31	
BANCO DO NORDESTE	3,85%	R\$ 3.130.638,46	
SANTANDER BRASIL	2,82%	R\$ 2.289.876,61	
TÍTULOS	1,10%	R\$ 892.457,34	
Total	100,00%	R\$ 81.326.942,25	



ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
CAIXA ECONOMICA	50,49%	R\$ 41.065.103,23	
BANCO BRADESCO	18,44%	R\$ 14.994.990,19	
BB GESTAO	17,30%	R\$ 14.068.905,11	
ITAU UNIBANCO	6,01%	R\$ 4.884.971,31	
S3 CACEIS	3,85%	R\$ 3.130.638,46	
SANTANDER DISTRIBUIDORA	2,82%	R\$ 2.289.876,61	
TÍTULOS	1,10%	R\$ 892.457,34	
Total	100,00%	R\$ 81.326.942,25	



4.4. RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE

A rentabilidade da carteira de investimentos do PreviJan se mostra crescente refletindo o contexto mercadológico. A rentabilidade acumulada no exercício até o mês de referência representa 11,15% contra 7,65% da meta atuarial.

4.5. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

[Handwritten signature]

No mês anterior ao de referência, o PREVIJAN apresentava um patrimônio líquido de R\$ 78.052.829,67. No mês de referência, o PREVIJAN apresenta um patrimônio líquido de R\$ 81.353.464,67.

4.6. RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES

Em se tratando do retorno mensurado no mesmo período de referência, o montante apresentado foi de:

- R\$ 1.206.837,84 em retorno da carteira de investimentos no total, equivalente a 1,54% no mês;
- R\$ 8.056.029,80 em retorno da carteira de investimentos em 2025, equivalente a 11,15%.

5. ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A análise de risco feita, contempla as diretrizes traça na Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2025, sendo obrigatório exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos através dos relatórios extraídos do sistema de gerenciamento da carteira.

6. PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO

No mês de referência, houve o credenciamento de novas instituições.

7. PLANO DE CONTINGÊNCIA

Em análise as informações acima, não se faz necessário a instauração do processo de contingência.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este parecer foi previamente elaborado pelo atual gestor dos recursos, que previamente disponibilizou para os membros do Comitê de Investimentos pudessem analisá-lo e pontuar suas considerações. Em relação a carteira de investimentos do PREVIJAN à manutenção dos percentuais de alocação, estas foram feitas de acordo com a orientação e acompanhamento da consultoria de investimentos.

Destaca-se que não foram encontrados óbices nas informações lançadas neste documento. Por isso, este parecer é encaminhado com uma análise favorável dos membros do Comitê de Investimentos para ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.